CONTRATO

PROCEDIMENTO n.º 300.10.005/2023/126

CONSTRUÇÃO DO *WEBSITE* DO INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.

Entre:

O **INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.**, com o número de pessoa coletiva 516 480 430, com sede na Alameda Hermano Patrone, Edifício Catavento, 1495-064 Algés, representado neste ato pelo vogal do Conselho Diretivo, António Abel Carreira da Silva, designado pelo Despacho n.º 7897/2023 dos Gabinetes da Ministra da Presidência e do Ministro das Finanças, datado de 24 de julho, publicado no Diário da República n.º 149, 2.ª série, de 2 de agosto de 2023, que outorga o presente contrato ao abrigo da competência delegada pelo Conselho Diretivo do INA, IP (adiante designado “**PRIMEIRO OUTORGANTE**” ou “**INA**”);

e

NETSIGMA - Consultoria e Formação Informática, Lda., com o número de pessoa coletiva 503 735 655, com sede na Rua Dr. João Mourato Grave, Lote 154, Loja Esq., 6000-241 Castelo Branco, representada neste ato por Rui Jorge Crisóstomo Farinha, na qualidade de Representante Legal, no uso de poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento comprovativo que exibiu (adiante designado “**SEGUNDO OUTORGANTE**” que conjuntamente com o Primeiro Outorgante, as “**PARTES**”);

CONSIDERANDO QUE:

- A) A prestação de serviços foi adjudicada por despacho do vogal do Conselho Diretivo do INA, IP a 08 de abril de 2024 exarado na informação I-INA/2024/392;
- B) A respetiva minuta do contrato foi aprovada por despacho do vogal do Conselho Diretivo do INA, IP. na mesma data;
- C) A referida aquisição mereceu parecer prévio favorável n.º 202310112556 emitido pela Agência para a Modernização Administrativa em 24 de outubro de 2023;
- D) Os encargos decorrentes do presente contrato para o ano de 2024 serão suportados por conta da verba inscrita no orçamento do PRIMEIRO OUTORGANTE, na rubrica D.07.01.08.E0.00 - Software informático, com número de compromisso JD52400395.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente **CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DO WEBSITE**, nos termos das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª **(Objeto)**

1. O presente contrato tem por objeto **construção do Website do INA, I. P.** em conformidade com as especificações técnicas previstas no presente caderno de encargos do procedimento.

2. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003 e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, com o código CPV 72413000-8 *Serviços de conceção de sítios da World Wide Web (WWW)*.

CLÁUSULA 2.ª
(Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos. Os artigos referidos no presente documento referem-se ao Código de Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/08, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) O caderno de encargos;
 - b) Os esclarecimentos prestados no âmbito do presente procedimento;
 - c) A proposta adjudicada;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

CLÁUSULA 3.ª
(Local de execução do contrato)

1. Os serviços objeto do contrato serão executados nas instalações do SEGUNDO OUTORGANTE, cabendo a este garantir a segurança informática e confidencialidade dos dados.
2. Conforme conveniência do SEGUNDO OUTORGANTE, o PRIMEIRO OUTORGANTE poderá conceder o acesso às suas instalações para a realização dos serviços objeto do contrato, sito na Alameda Hermano Patrone, Edifício Catavento, 1495-064 Algés ou a quaisquer outras instalações que o PRIMEIRO OUTORGANTE venha a utilizar.
3. A permanência do SEGUNDO OUTORGANTE nas instalações do PRIMEIRO OUTORGANTE deverá ocorrer dentro das horas normais de expediente, salvo em situações devidamente justificadas, desde que autorizadas.
4. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a aceitar as normas e os procedimentos do PRIMEIRO OUTORGANTE respeitantes à identificação de pessoas, acesso e circulação dentro das respetivas instalações, bem como as relativas às políticas de segurança informática e privacidade.

CLÁUSULA 4.ª
(Prazo de execução)

1. O prazo de execução inicia-se no dia seguinte à data de outorga do contrato, devendo todos os trabalhos, incluindo testes em ambiente de produção estar concluídos no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias.
2. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 5.ª
(Preço contratual)

1. O preço do presente contrato, que constitui o montante máximo que o PRIMEIRO OUTORGANTE se dispõe a pagar pela presente aquisição, tem o valor de **64.990,00 EUR** (sessenta e quatro mil novecentos e noventa euros), acrescido do valor referente ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
2. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao PRIMEIRO OUTORGANTE, no presente caderno de encargos, nomeadamente os seguintes:
 - a) O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato, dentro ou fora do território nacional;
 - b) A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o SEGUNDO OUTORGANTE no âmbito do contrato.
3. Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual.

CLÁUSULA 6.ª
(Condições de faturação e de pagamento)

1. O pagamento dos serviços objeto do contrato será efetuado de acordo com a seguinte periodicidade:
 - a) 19.497,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, após a conclusão da Fase I - apresentação da arquitetura base da aplicação;
 - b) 19.497,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, após a conclusão da Fase II - apresentação e aprovação do *layout*;
 - c) 12.998,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, após a conclusão da Fase III - apresentação preliminar e entrega em fase de testes funcionais da aplicação;
 - d) 12.998,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, após a conclusão da Fase IV - aprovação final e entrega da aplicação;
2. As quantias devidas pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, nos termos da cláusula anterior, só poderá ser paga mediante apresentação das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
3. As faturas referidas no número anterior devem conter os seguintes elementos identificativos:
 - a) Referência e objeto do procedimento;
 - b) Número de contribuinte da entidade adjudicante;
 - c) Número de compromisso.
4. A faturação emitida e enviada pelo SEGUNDO OUTORGANTE ao PRIMEIRO OUTORGANTE, que corresponda a um fornecimento não efetuado ou não contenha os elementos identificativos indicados no número anterior, é recusada e devolvida pelo PRIMEIRO OUTORGANTE ao SEGUNDO OUTORGANTE.
5. O pagamento é efetuado, mediante transferência para a conta bancária indicada pelo SEGUNDO OUTORGANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da receção da fatura nas instalações do PRIMEIRO OUTORGANTE, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
6. O prazo de pagamento referido no número anterior apenas se verifica caso a respetiva fatura seja recebida nas

- instalações do PRIMEIRO OUTORGANTE até ao quarto dia do mês seguinte ao que correspondem os serviços.
7. No caso de não cumprimento por parte do SEGUNDO OUTORGANTE do prazo de receção da fatura estabelecido no número anterior, o pagamento será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias seguidos após a receção da respetiva fatura nas instalações do PRIMEIRO OUTORGANTE.
 8. O disposto nos números anteriores não prejudica a cobrança de penalidades, designadamente por compensação com o valor devido, se para tanto existir fundamento.

CLÁUSULA 7.ª

(Obrigações do SEGUNDO OUTORGANTE)

1. Constitui obrigação do SEGUNDO OUTORGANTE fornecer à entidade adjudicante, nos termos e condições contratualizadas, os serviços para a construção do Website do INA, I.P., nos termos do presente contrato.
2. Para além da obrigação prevista no número anterior, constituem também obrigações do SEGUNDO OUTORGANTE o:
 - a) Cumprir os requisitos e as especificações técnicas previstos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada;
 - b) Aplicar todos os meios ao seu dispor no sentido de prestar um serviço com elevados parâmetros de qualidade e eficácia;
 - c) Preparar, com a antecedência apropriada, tudo o que seja necessário à boa execução do contrato;
 - d) Afetar todos os meios humanos, materiais, logísticos, informáticos ou outros que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - e) Comunicar antecipadamente o PRIMEIRO OUTORGANTE, logo que tenha conhecimento, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - f) Prestar de forma correta, fidedigna e antecipada todas as informações relevantes para a boa execução do contrato, bem como todos os esclarecimentos solicitados;
 - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - h) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade.

CLÁUSULA 8.ª

(Penalidades contratuais)

1. O incumprimento de quaisquer prazos emergentes do contrato, por parte do SEGUNDO OUTORGANTE, confere ao PRIMEIRO OUTORGANTE o direito de lhe aplicar uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, definida do seguinte modo:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de execução do contrato, previsto na Cláusula 4.ª, 500,00 euros (quinhentos euros) por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento dos níveis de serviço, previstos na Cláusula 30.ª, 100,00 euros (cem euros) por cada hora de atraso;
 - c) Pelo incumprimento da substituição dos elementos da equipa técnica sem prévia autorização da entidade adjudicante, previsto na Cláusula 31.ª, até 1% do preço contratual por cada elemento;

- d) Pelo incumprimento pontual de qualquer das obrigações emergentes do contrato, até 5% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o INA, I.P. tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. Sem prejuízo do direito de audiência prévia previsto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, as sanções pecuniárias contratuais previstas no número anterior consideram-se aplicadas por comunicação escrita dirigida ao SEGUNDO OUTORGANTE.
4. As sanções pecuniárias contratuais aplicadas devem ser pagas no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua aplicação, podendo ser deduzidas em qualquer pagamento que seja devido em momento subsequente.
5. As sanções pecuniárias previstas no presente artigo não obstam, em caso algum, a que a entidade adjudicante exija uma indemnização por todos os prejuízos pelos danos excedentes.
6. Quando o facto que dê origem ao pagamento de sanções pecuniárias contratuais constitua fundamento para a resolução do contrato, a aplicação das sanções que sejam devidas por esse facto não prejudica o exercício do direito de resolução do contrato, nem as obrigações indemnizatórias decorrentes desse exercício.
7. Quando as sanções contratuais pecuniárias aplicadas excederem o limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual, a entidade adjudicante pode considerar o contrato como definitivamente incumprido.

CLÁUSULA 9.ª
(Resolução do contrato)

1. Para além das situações previstas nos artigos 333.º a 335.º do CCP, o PRIMEIRO OUTORGANTE pode resolver o contrato, nas situações seguintes:
 - a) No caso do SEGUNDO OUTORGANTE violar de forma grave ou reiterada alguma das obrigações que lhe competem no âmbito do contrato;
 - b) No caso de ocorrer caso de força maior impeditivo de execução do contrato em tempo julgado útil pela o PRIMEIRO OUTORGANTE;
2. Sem prejuízo do direito de audiência prévia previsto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, a resolução do contrato pela o PRIMEIRO OUTORGANTE realiza-se por declaração escrita dirigida ao SEGUNDO OUTORGANTE, com indicação do fundamento da resolução, e produz efeitos na data da sua receção.
3. O SEGUNDO OUTORGANTE pode resolver o contrato nos termos e forma previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 10.ª
(Sigilo)

1. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se, perante o PRIMEIRO OUTORGANTE, a guardar total confidencialidade e sigilo absoluto no que respeita a todas as informações, documentos ou outros elementos ou dados relacionados, direta ou indiretamente com a execução do contrato, que obtenha em virtude da respetiva execução, independentemente do seu suporte (escrito, verbal ou digital).
2. O SEGUNDO OUTORGANTE é responsável pela confidencialidade e utilização de informação reservada por parte dos seus trabalhadores, colaboradores ou prestadores de serviços, independentemente da natureza do vínculo

- contratual que com eles tenha, devendo informá-los da natureza confidencial e adotar todas as medidas que se mostrem necessárias para salvaguardar essa confidencialidade.
3. O SEGUNDO OUTORGANTE deve adotar todas as medidas necessárias e adequadas para manter como confidencial a informação a que tenha acesso através da execução do contrato, direta ou indiretamente, e independentemente da forma assumida por essa informação (escrita, oral, visual), acrescendo a responsabilidade do SEGUNDO OUTORGANTE à obrigação contratual de proteção da informação, não substituindo outros deveres de qualquer tipo estabelecidos legalmente.
 4. As informações, documentos ou outros elementos ou dados cobertos pelos deveres de confidencialidade e sigilo não podem ser transmitidos a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente ao objeto do contrato, salvo quando for autorizado expressamente por escrito, pelo PRIMEIRO OUTORGANTE.
 5. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo SEGUNDO OUTORGANTE ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
 6. Nos casos previstos na parte final do número anterior, o SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a informar previamente o PRIMEIRO OUTORGANTE e a observar as recomendações desta que sejam compatíveis com a intimação ou com a obrigação legal que está na origem do dever de divulgação, devendo fazer acompanhar essa divulgação da indicação de que se trata de informação confidencial pertencente a terceiro, reveladora de segredo comercial ou industrial ou de segredo relativo a direitos de propriedade intelectual e afins, ou outra, consoante o que seja aplicável.
 7. O SEGUNDO OUTORGANTE deve devolver ou destruir, consoante solicitado pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, toda a informação que possua ou detenha, em formato físico ou digital, independentemente de a mesma lhe ter sido facultada ou contratualmente obtida diretamente, no âmbito do presente procedimento pré-contratual e do contrato, logo que esta deixe de ser necessária ao cumprimento das suas obrigações, a solicitação do PRIMEIRO OUTORGANTE ou com a cessação do contrato por qualquer motivo.
 8. O SEGUNDO OUTORGANTE não pode utilizar o nome do PRIMEIRO OUTORGANTE para fins publicitários ou comerciais sem o consentimento prévio escrito desta.
 9. O dever de sigilo não colide com a sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11.ª
(Dados Pessoais)

1. O SEGUNDO OUTORGANTE apenas pode aceder a dados pessoais, sob a responsabilidade do PRIMEIRO OUTORGANTE, para os fins constantes do contrato e de acordo com as instruções do PRIMEIRO OUTORGANTE, e nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O SEGUNDO OUTORGANTE não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, comprometendo-se ainda a:
 - a) Respeitar na íntegra o disposto na Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, bem como a demais legislação aplicável à proteção de dados pessoais;

- b) Cumprir com rigor as instruções do PRIMEIRO OUTORGANTE no que concerne ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais;
 - c) Tratar os dados pessoais de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa-fé, utilizando-os exclusivamente para as finalidades resultantes do contrato, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com tais finalidades;
 - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas para proteger os dados de destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizado, bem como de qualquer outra forma de tratamento ilícito;
 - e) Comunicar de imediato ao PRIMEIRO OUTORGANTE quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
3. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a manter estritamente confidenciais os dados pessoais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos dados pessoais por parte dos seus trabalhadores, ou outros colaboradores, independentemente da natureza do vínculo contratual que com eles tenha.
4. No caso de haver perda ou dano de dados no âmbito da execução do contrato, por causas imputáveis ao SEGUNDO OUTORGANTE, este compromete-se a adotar as medidas que forem necessárias para recuperar os dados, sem quaisquer custos adicionais para o PRIMEIRO OUTORGANTE.
5. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a ressarcir o PRIMEIRO OUTORGANTE por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados contra o PRIMEIRO OUTORGANTE, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

CLÁUSULA 12.^a

(Casos de força maior)

1. Nenhuma das partes é responsável pelo incumprimento ou pelo cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, na estrita medida em que estes resultem de casos de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Os requisitos do conceito de força maior enunciados no número anterior são cumulativos.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, furacões, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados ao SEGUNDO OUTORGANTE, às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo SEGUNDO OUTORGANTE de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do SEGUNDO OUTORGANTE cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do SEGUNDO OUTORGANTE não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, com a indicação das obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência, bem como as medidas que pretende realizar para mitigar o impacto da referida situação.
6. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

CLÁUSULA 13.ª

(Resolução do contrato)

4. Para além das situações previstas nos artigos 333.º a 335.º do CCP, o PRIMEIRO OUTORGANTE pode resolver o contrato, nas situações seguintes:
- a) No caso de o SEGUNDO OUTORGANTE violar de forma grave ou reiterada alguma das obrigações que lhe competem no âmbito do contrato;
 - b) No caso de ocorrer caso de força maior impeditivo de execução do contrato em tempo julgado útil pelo PRIMEIRO OUTORGANTE;
5. Sem prejuízo do direito de audiência prévia previsto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, a resolução do contrato pelo PRIMEIRO OUTORGANTE realiza-se por declaração escrita dirigida ao SEGUNDO OUTORGANTE, com indicação do fundamento da resolução, e produz efeitos na data da sua receção.
6. O SEGUNDO OUTORGANTE pode resolver o contrato nos termos e forma previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 14.ª

(Efeitos da resolução do contrato)

1. Em caso de resolução do contrato pela entidade adjudicante por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento àquela de indemnização fixada, a título de cláusula penal, em 15% (quinze por cento) do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de reclamação de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.
2. A indemnização aludida no número anterior deve ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação pela entidade adjudicante de quaisquer sanções contratuais pecuniárias que se mostrem devidas, nem a reclamação de indemnização por valor superior ao previsto no n.º 1, se para tanto existir fundamento.
4. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário.
5. A resolução do contrato não prejudica a vigência das cláusulas que, pela sua natureza, ou quando regulado expressamente, se devam manter em vigor.

CLÁUSULA 15.ª

(Alterações ao contrato)

Qualquer alteração que haja necessidade de introduzir no contrato, no decurso da sua execução, é objeto de acordo prévio entre as partes, e só é considerada válida depois de ter sido reduzida a escrito e aprovada pelas partes.

CLÁUSULA 16.ª

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende de autorização da outra, nos termos do artigo 316.º do CCP.

CLÁUSULA 17.ª

(Comunicações e notificações)

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do PRIMEIRO OUTORGANTE dirigidas ao SEGUNDO OUTORGANTE são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos:

NETSIGMA - Consultoria e Formação em Informática, Lda.

Rua Dr. João Mourato Grave, Lote 154 – Loja Esq.ª
6000-241 CASTELO BRANCO

Gestor contrato: Rui Crisóstomo

Email: [REDACTED]

2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do SEGUNDO OUTORGANTE dirigidas ao PRIMEIRO OUTORGANTE são efetuadas por escrito e enviadas através de correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.

Alameda Hermano Patrone, Edifício Catavento
1495-064 ALGÉS

Gestor contrato: Rita Soares

Email: [REDACTED]

CLÁUSULA 18.ª

(Contagem de prazos)

1. Os prazos previstos no presente contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais, salvo disposição em contrário.
2. Os prazos que terminem em sábados, domingos ou dias feriados transferem-se para o primeiro dia útil seguinte, salvo no caso de dias feriados municipais.
3. Os prazos previstos no presente contrato que corram explícita e unicamente em dias úteis constituem exceções ao n.º 1 da presente Cláusula.

CLÁUSULA 19.ª

(Resolução de litígios)

Para a resolução dos litígios decorrentes do contrato, designadamente os relativos à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, que não sejam resolvidos pelas partes, fica fixada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.